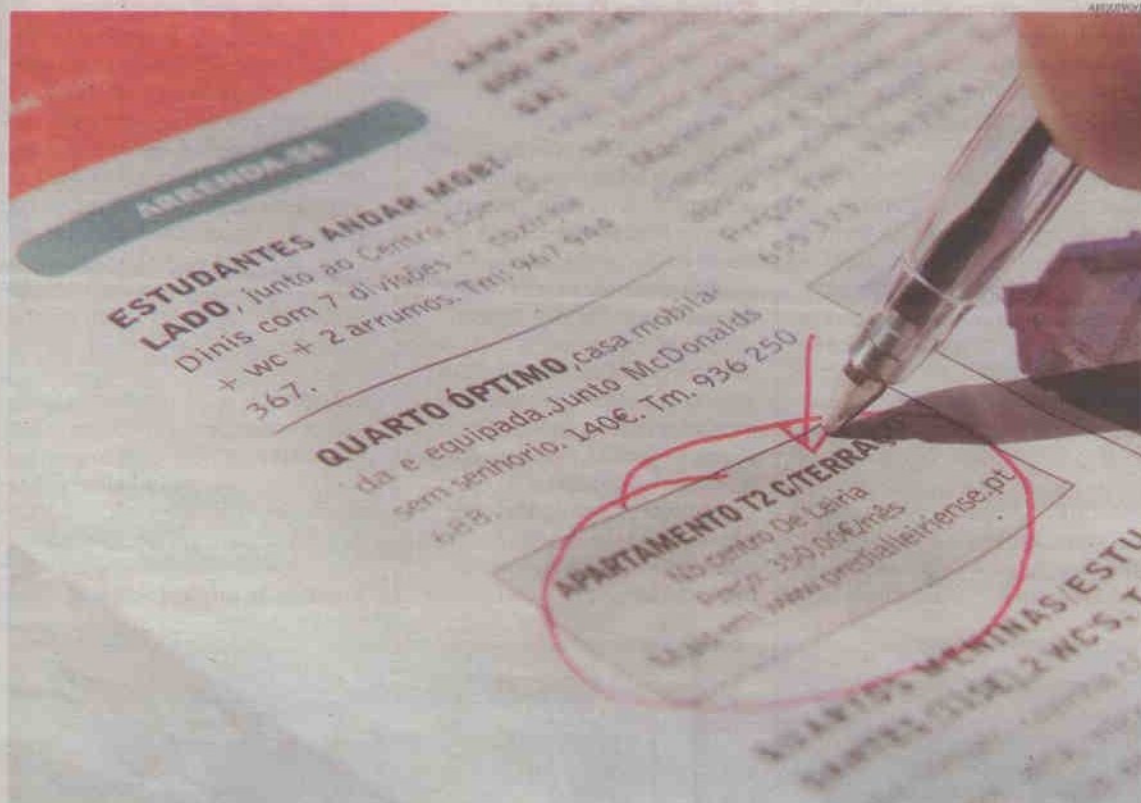


As rendas mantêm-se ção dos rendimentos

Criado novo terraço sobre a Praia da Vieira



O mais recente projecto imobiliário da Praia da Vieira, na Marinha Grande, reside na renovação e reaproveitamento de um espaço, anteriormente inutilizado e degradado, para a criação de um terraço destinado ao descanso e ao lazer.

O projecto nasce pela proprietária, Conceição Torres Cabaço, que previu as potencialidades que o espaço teria, após uma "transformação radical". O novo espaço é desenhado e executado pela Espaço Libris e tem a assinatura do decorador Paulo Cruz. Privilegiado pela sua localização sobre as areias da praia e com uma magnífica vista para o mar, o terraço pretende ser, além de um miradouro sobre a praia, um espaço moderno com um ambiente confortável e relaxante mas também prático e adequado a diversas ocasiões festivas, onde a família e amigos podem usufruir de momentos de convívio. Toda a parte exterior do espaço é coberta por um longo relvado e divide-se numa zona de estar e leitura, mais tranquila, e numa área de exposição solar, com uma base de duche exterior para refrescar em dias de mais calor.

Os toldos de tecto reguláveis permitem ajustar a sombra necessária a cada momento, e grandes sacadas envidraçadas permitem o acesso ao recinto fechado e coberto, onde se pode encontrar uma cozinha totalmente equipada e uma sala de jantar, que não fogem da linha de decoração do exterior. Para a harmonia do espaço contribuem um sistema simples de iluminação indirecta, com candeeiros de bola, várias plantas estrategicamente dispostas em potes e floreiras personalizadas, espreguiçadeiras brancas, e amplos e entrelaçados sofás.



Regime de renda apoiada tem sido criticado

aplicados. Sobre o quadro legal, Vítor Reis informou haver entidades que "não estão a aplicar a renda apoiada" e seguem, por exemplo, diplomas de 1945.

Num quarto grupo de questões, as entidades respondiam sobre o que "pensam" do actual regime de renda apoiada e que propostas

têm para o sector. O Observatório da Habitação e Reabilitação Urbana do IHRU fez um levantamento da realidade do País, num estudo que o presidente do IHRU destacou de "único e pioneiro" e que devia ter sido repetido ao longo dos últimos 19 anos.

Por isso, Vítor Reis defendeu

que o "inquérito à caracterização da habitação social de Portugal" feito a cada dois anos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) passe para anual e inclua o levantamento feito agora pelo IHRU. "Teríamos um acompanhamento do que está a evoluir, algo que não havia até agora", concluiu.

Medidas fiadores idas

Proprietários contra aumento de IMI

Reavaliação de imóveis é "catástrofe tributária"

O presidente da Associação Nacional de Proprietários, António Frias Marques, considera uma "catástrofe tributária" a reavaliação de imóveis em curso, estimando que o encargo com o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) venha a aumentar 400% e não 60% como admite a Comissão Europeia.

Segundo o *Jornal de Negócios*, que cita estimativas do relatório da Comissão Europeia sobre a quarta avaliação da 'troika', quando o processo de reavaliação de imóveis estiver a produzir todos os efeitos, dentro de três anos, o Estado irá arrecadar mais 700 milhões de euros por ano, o que representa 60% da receita actual.

mento fosse de 60%, o Governo já estava a ir "muito além" do que está previsto no memorando da 'troika', que é um aumento de 250 milhões em 2012 e de 150 em 2013. No entanto, o responsável considera que a estimativa da Comissão Europeia "peca por defeito": "A nossa estimativa, com base no aumento que os nossos associados têm sofrido desde que há esta avaliação, aponta no sentido de 400%, ou seja, o quintuplo, em média", afirmou. Para António Frias Marques, 60% seria um aumento brutal, mas 400% "é uma catástrofe tributária". A reavaliação de 5,4 milhões de prédios urbanos está prevista terminar no final do ano e fará subir o va-

